MONTCALM MONTAGENS INDUSTRIAIS S.A.

C.N.P.J. 63.081.764/0001-79

www.montcalm.com.br

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Montcalm Montagens Industriais S.A. submete à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2013	2012
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.075	13.429
Contas a receber	4	120.730	118.493
Impostos a recuperar	5	347	6.620
Créditos diversos	-	6.835	1.145
Total do ativo circulante		148.987	139.687
Ativo não circulante			
Contas a receber de partes relacionadas	6.1	13.639	10.334
Créditos diversos	-	426	426
Depósitos judiciais	11	2.249	2.158
		16.314	12.918
Imobilizado líquido	7	30.292	29.300
Intangível	-	257	62
		30.549	29.362
Total do ativo não circulante		46.863	42.280
Total do ativo		195.850	181.967

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2013	2012
Passivo circulante			
Fornecedores	8	10.253	10.075
Obrigações trabalhistas e tributárias	9	34.556	30.367
Adiantamento de clientes	10	22.534	41.215
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12.2/12.5	5.062	6.032
Outras contas a pagar	-	116	134
Partes relacionadas	6.1	131	53
Total do passivo circulante		72.652	87.876
Passivo não circulante			
Financiamentos BNDES	-	324	24
Passivos contingentes	11	1.253	1.396
Total do passivo não circulante		1.577	1.420
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	50.000	35.000
Reserva de legal	12.3	3.164	2.179
Reserva de lucros	12.2/12.5	68.457	55.492
		121.621	92.671
Total do passivo e patrimônio líquido		195.850	181.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	13	448.641	542.056
Custo dos serviços prestados	-	(397.118)	(498.861)
Lucro bruto		51.523	43.195
Receitas/ (despesas) operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	14	(23.213)	(23.968)
Despesas financeiras	-	(6.657)	(6.249)
Receitas financeiras	-	1.828	5.808
Outras receitas/ (despesas) operacionais	-	(581)	592
		(28.623)	(23.817)
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social		22.900	19.378
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15	(7.827)	(6.742)
Reversão dos juros sobre capital próprio	12.2	4.634	4.471
Lucro líquido do exercício		19.707	17.107
Lucro por ação básico e diluído - ordinárias		0,56	0,49
Média ponderada de ações no exercício - ordinárias		35.000	35.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção	Reserva de lucros: Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011		35.000	1.324	44.961	46.285	-	81.285
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.107	17.107
Constituição da reserva legal	12.3	-	855	-	855	(855)	-
Distribuição de dividendos	12.5	-	-	(276)	(276)	(974)	(1.250)
Juros sobre o capital próprio	12.2	-	-	-	-	(4.471)	(4.471)
Transferência para reserva de lucros	12.4	-	-	10.807	10.807	(10.807)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		35.000	2.179	55.492	57.671	-	92.671
Aporte de capital social	12.1	15.000	-	-	-	-	15.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.707	19.707
Constituição da reserva legal	12.3	-	985	-	985	(985)	-
Distribuição de dividendos	12.5	-	-	-	-	(1.123)	(1.123)
Juros sobre o capital próprio	12.2	-	-	-	-	(4.634)	(4.634)
Transferência para reserva de lucros	12.4	-	-	12.965	12.965	(12.965)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		50.000	3.164	68.457	71.621	-	121.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

	2013	2012
Das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	22.900	19.378
Reversão dos juros sobre capital próprio	4.634	4.471
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	5.319	4.930
Resultado na venda de ativo imobilizado	(450)	(390)
Reversão (complemento) de passivos contingentes	(143)	1
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Contas a receber	(2.237)	(23.529)
Contas a receber de partes relacionadas	(3.305)	(7.043)
Impostos a recuperar	6.273	(3.940)
Créditos diversos	(5.690)	291
Depósitos judiciais	(91)	(1.553)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Fornecedores	178	(2.929)
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.189	(548)
Adiantamento de clientes	(18.681)	(2.515)
Outras contas a pagar	(18)	(9)
Contas a pagar a partes relacionadas	78	(13.207)
Caixa proveniente das/(utilizado nas) operações	12.956	(26.592)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.827)	(6.742)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais	5.129	(33.334)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo/(baixa) do imobilizado e intangível	(7.055)	(5.754)
Arrendamento mercantil	-	(57)
Empréstimos e financiamentos	300	24
Recebimentos por venda de ativo imobilizado	999	780
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.756)	(5.007)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(6.727)	(4.314)
Aumento do capital com capital de terceiros	15.000	-
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento	8.273	(4.314)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.646	(42.655)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13.429	56.084
No final do exercício	21.075	13.429
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.646	(42.655)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Montcalm Montagens Industriais S/A (Companhia) sediada na Rua Ibituruna, 561 - Jabaquara - São Paulo - SP é uma sociedade anônima de capital fechado, que atua há 43 anos no ramo de engenharia construtiva na implantação e montagem de complexos industriais. Estas atividades compreendem, basicamente, unidades de processo e centrais de utilidades, instalações eletromecânicas em geral, montagem de sistemas de instrumentação e de automação, calibração de instrumentos, simulação de processo e partida de unidades de produção, execução de isolamento térmico de tubulação e equipamentos, pintura industrial e construção civil, manutenção eletromecânica, complexos industriais e equipamentos. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Base de apresentação: 2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologado pelos órgãos reguladores. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela diretoria em 23 de abril de 2014. **2.1.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de uma entidade consorciada, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas no item 2.3. **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Base de elaboração das demonstrações contábeis**: As demonstrações contábeis da Companhia incluem uma entidade consorciada, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas no item 2.3. O consórcio não apresenta declaração de imposto de renda separadamente, apesar de possuir CNPJ cadastrado na Receita Federal. Assim, todos os ativos, passivos e as contas de resultado foram registrados diretamente nas contas da Montcalm em função do percentual de participação proporcional no consórcio:

	% - Participação	2013 Ativos	2013 Passivos	2013 Resultado operacional	2012 Resultado operacional
Consórcio MIP/Montcalm	50%	118.182	15.359	102.823	56.060

Eventuais transações e saldos existentes entre as mesmas foram eliminados, na razão desse percentual de participação no consórcio. **2.3. Principais práticas contábeis: 2.3.1. Resultado do exercício**: É apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios. Em especial, os resultados dos contratos de prestação de serviços a curto e longo prazos são reconhecidos da seguinte forma: • **Curto prazo** - quando da entrega do serviço, no todo ou em fases; no caso de prejuízos, esses são apurados e integralmente registrados quando conhecidos; • **Longo prazo** - o custo é contabilizado quando incorrido. A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o valor do contrato, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e os custos totais orçados atualizados, ajustada por provisão para reconhecer perdas de projetos em processo de execução, quando aplicável. Os serviços executados e ainda não faturados contra os clientes são registrados contabilmente em obras e serviços a faturar. A variação entre os custos finais efetivos e os custos totais orçados, atualizados e revisados periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. **2.3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota nº 3. **2.3.3. Contas a receber:** As contas a receber da Companhia estão registradas pelo valor faturado, medido ou apurado pelo método da percentagem completada. A Provisão para Estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída, quando aplicável, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber, com base na avaliação individual dos créditos, da situação financeira, inclusive o histórico de relacionamento com a Companhia. **2.3.4. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil-estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 7. A vida útil-estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3.5. Arrendamento mercantil financeiro:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo como empréstimos e financiamentos pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois, o menor. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados às taxas mencionadas na Nota nº 7. Os juros são apropriados ao resultado, de acordo com o método da taxa efetiva de juros. **2.3.6. Intangível:** São representados pelos montantes pagos na aquisição de sistemas de computador, mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. **2.3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.3.9. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(2)** ativos financeiros mantidos até o vencimento e **(3)** empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **Ativos financeiros: a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação, quando adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. **b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **c) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. **Passivos financeiros:** Representados por empréstimos e financiamentos bancários, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações financeiras. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. **Mensuração:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.10. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma: **a)** Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$ 240.000,00; **b)** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%. As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente, e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **2.3.11. Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre capital próprio são calculados nos termos da Lei nº 9.249/1995 e são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre capital próprio são apresentados a débito de lucros acumulados. **2.3.12. Dividendos:** Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. **2.3.13. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial das transações, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais, os respectivos ativos e passivos, as taxas praticadas nas captações de recursos e os riscos de inadimplência. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas ou receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.3.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **2.3.15. Lucro líquido do exercício por ação:** É calculado com base na quantidade de ações do capital integralizado na data do balanço. **2.3.16. Principais julgamentos e estimativas contábeis críticas:** Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Reconhecimento das receitas:** As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o método de percentagem completado, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência. **b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 11. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis. **c) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível:** A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório. **2.3.17. Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas:** As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são consistentes. Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2013:

Pronunciamentos: No Brasil	Pronunciamentos: Correspondente internacional	Assunto	Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de
(a) CPC 38 (R1)	IFRS 9	Instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2015
(b) CPC 36	IFRS 10, 12 e IAS 12	Entidades de investimento	01 de janeiro de 2014
(c) CPC 32	IFRIC 21	Tributos	01 de janeiro de 2014

(a) Instrumentos financeiros CPC 38 (R1)/ IFRS 9: o CPC 38 (R1) ainda não foi emitido no Brasil. O correspondente internacional, IFRS 9, já foi emitido e encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração". O IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 38 (R1)/ IFRS 9 traz também alterações nos CPC 39 e CPC 40 (IAS 32 e IFRS 7). Esta norma passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015; **(b) Entidades de investimento (IFRS 10, IFRS 12 e IAS 12)**: as revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em/ ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requerimentos de consolidação às entidades que cumprem com a definição de Entidade de investimento, de acordo com IFRS10. Esta exceção requer que as referidas entidades de investimentos, registrem os investimentos em controladas pelo seu valor justo no resultado; **(c) Tributos IFRIC 21**: a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo tributário que gera o pagamento de tributos. A entidade não deve reconhecer nenhum passivo tributário até que a métrica que originou o respectivo seja atingida. A Companhia não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. **2.3.18. Medida Provisória nº 627/2013:** Em novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (Medida Provisória nº 627/2013), a qual entre outras disposições revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, alterou a legislação tributária federal relativa ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à contribuição para o PIS/PASEP, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e dispôs sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. Estas alterações entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2015 (1º de janeiro de 2014, para as companhias que optarem por sua adoção antecipada) e terão como principal objetivo garantir a neutralidade fiscal diante das alterações introduzidas na contabilidade durante o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e extinguir Regime Tributário de Transição (RTT). Esta medida provisória tem eficácia de lei por 60 dias, a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogada por um período adicional de 60 dias. Espera-se que o Congresso aprove a medida provisória dentro desse prazo (ou seja, 120 dias após sua publicação). Se o Congresso não aprovar a Medida Provisória nº 627 nesse período de 120 dias, a referida Medida Provisória nº 627 não terá mais eficácia como lei, mas o Congresso deverá abordar os efeitos da medida provisória durante o período da sua vigência. Também é possível que alguns dos tópicos abordados pela Medida Provisória nº 627 sejam alterados se, e quando, a medida provisória for convertida em lei, de acordo com sua aprovação pelo Congresso. A Administração da Companhia revisou os possíveis efeitos sobre suas operações e não espera efeitos relevantes estas. **2.3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	107	279
Bancos	1.629	209
Aplicações financeiras	19.339	12.941
	21.075	**13.429**

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras	31/12/2013	31/12/2012
Fundos de investimentos	18.946	11.640
CDBs pós-fixado	393	1.301
	19.339	**12.941**

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas variáveis de 95% a 102% do CDI, tendo como contraparte, bancos de primeira linha.

4. Contas a receber

	31/12/2013	31/12/2012
Serviços prestados	83.913	51.945
Medições a faturar	36.816	66.548
	120.730	**118.493**

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo as medições a faturar o registro das receitas auferidas pelos serviços prestados pela Companhia, com base nas medições realizadas durante a execução das obras. A abertura do saldo a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	64.542	84.377
Vencidos de 1 a 30 dias	23.455	2.614
Vencidos de 31 a 180 dias	385	3.571
Vencidos há mais de 180 dias	32.348	27.931
	120.730	**118.493**

A Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição de provisão para estimativa de créditos de liquidação duvidosa.

5. Impostos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
INSS	240	2.341
Imposto de renda	100	327
Contribuição social	7	3.952
	347	**6.620**

6. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com empresas ligadas, conforme discriminados a seguir:

6.1. Mútuo e contas a receber

	Ativo não circulante 31/12/2013	Ativo não circulante 31/12/2012
Adler Andaimes Ltda. (mútuo)	941	2.941
Consórcio MIP/ Montcalm	12.698	7.393
Total	**13.639**	**10.334**

	Passivo circulante 31/12/2013	Passivo circulante 31/12/2012
Consórcio MIP/ Montcalm	-	-
Outros	131	53
Total	**131**	**53**

6.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 2013 foram pagos/ creditados honorários à diretoria no montante de R$ 1.700 (R$ 1.521 em 2012).

7. Imobilizado	% - Taxa anual	31/12/2013	31/12/2012
Móveis e utensílios	10	4.329	3.995
Computadores e periféricos	20	5.375	5.463
Máquinas e equipamentos	10	29.747	28.486
Guindastes	25	23.638	20.731
Veículos	20	4.993	4.026
Benfeitoria em bens de terceiros	-	6.233	6.201
		74.315	**68.901**
Depreciações acumuladas	-	(44.023)	(39.601)
Imobilizado líquido		**30.292**	**29.300**

A movimentação do imobilizado no exercício de 2013 pode ser apresentada conforme segue:

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2013
Móveis e utensílios	**2.004**	338	(2)	(297)	**2.043**
Computadores e periféricos	**1.585**	156	(17)	(493)	**1.231**
Máquinas e equipamentos	**14.486**	1.286	(9)	(2.454)	**13.309**
Guindastes	**2.279**	2.902	-	(1.140)	**4.041**
Veículos	**2.740**	2.104	(527)	(886)	**3.430**
Benfeitorias em bens de terceiros	**6.206**	31	-	-	**6.237**
Total	**29.300**	**6.817**	**(555)**	**(5.270)**	**30.292**

Revisão de vida útil e valor residual dos ativos

A Administração da Companhia avaliou o valor residual e a vida útil-econômica dos ativos e concluiu que não existiam ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

8. Fornecedores

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores nacionais	10.253	10.075
	10.253	**10.075**

9. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2013	31/12/2012
Obrigações trabalhistas		
Salários e pró-labore a pagar	5.063	3.976
PLR a pagar	4.172	1.696
INSS a recolher	326	2.441
FGTS a recolher	928	819
Provisão para férias	11.958	11.775
Outros	458	304
	22.905	**21.011**
Obrigações tributárias		
IRPJ a recolher	5.097	3.841
CSLL a recolher	1.962	1.558
ISS/ ICMS	295	707
COFINS	2.145	1.285
PIS	573	349
IRRF a recolher	1.579	1.616
	11.651	**9.356**
Total	**34.556**	**30.367**

10. Adiantamento de clientes: Refere-se aos adiantamentos efetuados pelos clientes para custeio dos projetos, os quais são compensados periodicamente com os faturamentos de serviços executados.

11. Passivos contingentes: A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias	-	44
Trabalhista	1.253	1.352
Total	**1.253**	**1.396**

Segue a movimentação ocorrida nos saldos das provisões em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Saldo anterior	**1.396**	**1.395**
Complemento (reversão) da provisão	(143)	1
Saldo final	**1.253**	**1.396**

Além das provisões para contingências registradas, a Companhia encontra-se envolvida em outras demandas judiciais, em que seus assessores jurídicos julgam como sendo de perda possível, portanto, não se encontram registradas, conforme descrito a seguir:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Cível	1.286	1.286
Tributária	9.434	8.481
Trabalhista	11.699	11.709
Total	**22.419**	**21.476**

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais, com referência aos impostos e às contribuições federais (imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS), contribuições previdenciárias (INSS e FGTS), impostos estaduais e impostos municipais, por períodos prescricionais que variam entre cinco e 30 anos.

12. Patrimônio líquido: 12.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2013 o capital da Companhia estava dividido em 50.000.000 de ações ordinárias nominativas (em 2012, 35.000.000 ações ordinárias nominativas), com valor nominal de R$ 1 real cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas. No exercício de 2013 foram subscritas e integralizadas 15.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1 real cada uma. **12.2. Juros sobre o capital próprio:** A Companhia optou por contabilizar os juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 4.634 (R$ 4.471 em 2012), em contrapartida à rubrica "Despesas financeiras". Para fins de preparação das demonstrações contábeis, estes juros foram revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis aplicáveis no Brasil. Sobre estes juros incide o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. **12.3. Reserva legal:** Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação. **12.4. Reserva de lucros:** O lucro remanescente após a destinação da reserva legal, distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, será destinado à reserva de lucros, que visa principalmente atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital e ampliação dos negócios da Companhia. **12.5. Dividendos e juros sobre capital próprio**: O estatuto social prevê distribuição de dividendos de 6% sobre o lucro líquido do exercício. Os dividendos foram calculados, conforme segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido dos exercícios de 2013 e de 2012	19.707	17.107
(-) Reserva legal constituída	(985)	(855)
(=) Base de cálculo	**18.722**	**16.252**
(x) % Dividendos mínimos - 6%	1.123	974
(+) Distribuição de lucros - retenção de lucros	-	276
(+) Saldo inicial de dividendos a pagar	**6.032**	**982**
(+) Juros sobre capital próprio líquido de 15% de IR em 2013 e 2012	3.939	3.800
(-) Pagamento de juros e dividendos	(6.032)	-
	5.062	**6.032**

13. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Receita com prestação de serviços	482.997	596.744
Vendas canceladas	(1.260)	(24.369)
Impostos incidentes	(33.096)	(30.319)
Receita operacional líquida	**448.641**	**542.056**

14. Administrativas e comerciais

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Administrativas	23.212	23.960
Comerciais	14	8
	23.226	**23.968**

15. Provisão para imposto de renda e contribuição social - corrente: O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente: **Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social - corrente**

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes das provisões tributárias	22.900	19.378
(-/+) Adições permanentes	123	451
(=) Lucro fiscal	**23.023**	**19.829**
(=) Base de cálculo	**23.023**	**19.829**
(x) Aplicação de alíquotas do IRPJ 25% e da CSLL 9%	**7.827**	**6.742**

16. Fianças contratadas: A Companhia contratou carta de fiança, no montante aproximado de R$ 33.917 (R$ 26.919 em 2012), para garantir a execução dos serviços prestados. A contra garantia para a emissão destas cartas de fiança é o aval de diretores. **17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. **Aplicações financeiras:** De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo a avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são atualizados com base na taxa efetiva de cada operação. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possuía nenhuma operação em aberto, envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **b) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio. **b.1) Risco de mercado: i) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **b.2) Risco de crédito:** A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. **b.3) Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. **c) Valores de mercado:** Em 31 de dezembro de 2013, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes". O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. **18. Cobertura de seguros (não auditado):** A Companhia mantém seguros, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria

Oscar Simonsen Jr. – Diretor Superintendente

Tercio Lauletta – Diretor

Paulo Simonsen – Diretor

Paulo Tercio Soares Avila – Diretor

Luís Carlos Cirelli – Diretor

Luiz Eugenio Tessaroto – Controller - CT CRC 1SP249132/O-4

Rosinda de O. Campos – CT CRC1SP124143/O-5

Relatório dos Auditores Independentes

Aos: Acionistas e Administradores da
Montcalm Montagens Industriais S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Montcalm Montagens Industriais S.A. (Companhia), compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada, com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Montcalm Montagens Industriais S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de abril de 2014.

Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Rafael Dominguez Barros
Contador - CRC 1SP-218.030/O-9